

Evento: 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO - CCCI

Data: 9 de maio de 2019

Horário: 15:00 às 18:00 h

Local: Sede da Controladoria-Geral da União (CGU)

Endereço: SAS Quadra 01 – Bloco A – Edifício Darcy Ribeiro - Sala 824

Membros-Participantes:

Membro Titular	Instituição	Cargo
Wagner de Campos Rosário	Controladoria-Geral da União	Ministro de Estado
José Marcelo Castro de Carvalho	Controladoria-Geral da União	Secretário Executivo
Antônio Carlos Bezerra Leonel	Controladoria-Geral da União	Secretário Federal de Controle Interno
Cosme Leandro do Patrocínio	Agência Nacional de Aviação Civil	Gerente de Auditoria Interna
Adilmar Gregorini	Casa da Moeda	Chefe de Auditoria Interna
Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues	Secretaria Geral da Presidência da República	Secretário de Controle Interno – Ciset/PR

Registra-se a presença inicial de cinco membros da Comissão. Durante a Reunião, contou-se com a presença do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União.

Também estavam presentes o Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, Paulo Ricardo Graziottin; o Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Infraestrutura, Wagner Alecsander; o Assessor do Gabinete da Secretaria Federal de Controle Interno, João Gabriel Miranda; a Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria Federal de Controle Interno, Vera Raquel Lopes Linhares da Silva; e o Coordenador de Métodos e Qualidade da Secretaria Federal de Controle Interno, Sérgio Filgueiras.

Abertura

Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo, José Marcelo, fez a abertura da reunião, salientou a regularidade da CCCI, nossa competência como servidores públicos – necessidade de atualização, destacou o e-Aud, novos entendimentos e novos passos, e importância da CCCI em ultrapassar as reuniões. Leonel ressaltou a deliberação sobre o IA-CM, sendo, pois, um fórum indutor de boas práticas. Nas palavras do Secretário-Executivo, trata-se de um “pequeno grupo que carrega um grande grupo”. Leonel destacou o tema a ser apresentado pelo Auditor-Chefe da ANAC, Cosme Leandro, que salientou acerca da eficiência na entrega de produtos.

Para a reunião, apresentou-se a seguinte pauta:

1. Discussão e votação da Memória da 10ª Reunião da CCCI
2. Autoavaliação de Controles como ferramenta de trabalho para as Auditorias Internas Governamentais
 - Apresentação: Cosme Leandro do Patrocínio (Auditor-Chefe da ANAC)
3. Sistema E-Aud

- Apresentação: Fábio Silva Vasconcelos (Coordenador-Geral de Prospecção e Inovação – CGPRI/SFC)

4. Estudo e apresentação de proposta referente ao Estatuto das unidades de auditoria interna

- Constituição do Grupo de Trabalho destinado a estudar e a apresentar à CCCI os aspectos que devem ser minimamente contemplados no estatuto, conforme decidido na 10ª Reunião da CCCI.
- Composição da equipe – definição de membros representantes das UAIG's.

5. Guias *ex-ante* e *ex-post* de políticas públicas e Guia da Política de Governança Pública

- A presente proposta de deliberação foi levada ao colegiado por ocasião da 10ª Reunião, todavia resolveu-se retornar com a discussão na 11ª Reunião, uma vez que o Auditor Chefe da ANAC sugeriu incluir o termo “no que couber” na proposta de deliberação.

Proposta: Deliberação CCCI nº XX/2019: Utilização de guias lançados no âmbito da agenda estratégica do Governo Federal como referência na realização de trabalhos de auditoria

Recomenda-se, como boa prática, que as unidades de auditoria interna considerem, no que couber, como referência na realização de trabalhos de auditoria, os seguintes documentos lançados no âmbito da agenda estratégica do Governo Federal:

- Guia da Política de Governança Pública
- Guia prático de análise *ex-ante* de avaliação de políticas públicas
- Guia prático de análise *ex-post* de avaliação de políticas públicas
- Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório

*O primeiro Guia visa propiciar segurança e estabilidade na interpretação do Decreto nº 9.203/ 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) bem como fornecer diretrizes para execução da política de governança; os de análise *ex-ante* e *ex-post* visam melhor direcionamento de ações e avaliação de políticas públicas; e o último possui a finalidade de orientar a elaboração e a aplicação da Análise de Impacto Regulatório no Governo Federal.*

1º item: Discussão e votação da Ata da 10ª Reunião da CCCI

Apresentada a Ata da 10ª Reunião, Allisson sugeriu a seguinte redação ao final do 3º item: Discussão da proposta de deliberação proposta pelo GT que estudou as metodologias do IA-CM e QA, do IIA:

“Por fim, o SFC destacou a necessidade de discussão em separado sobre segregação de funções envolvendo as três linhas de defesa da gestão”.

Após os ajustes, não havendo outros pontos a discutir, foi votada e aprovada a Ata da 10ª Reunião da CCCI.

2º item: Autoavaliação de controles como ferramenta de trabalho para as Auditorias Internas Governamentais

O Auditor-Chefe da ANAC, Cosme Leandro, iniciou sua apresentação abordando a customização da metodologia de avaliação de controles.

Esclareceu que a definição de objetivos, evento de riscos e fontes de riscos ocorrem por meio de discussão em reuniões (workshop).

Mapeados os riscos, o auditor desenha o sistema de controle interno conceitual – modelagem.

Há realização de entrevistas – questionamento para apresentação de artefatos sobre os controles.

Destacou pontos como:

- Rotação de ênfase – criticidade (A, B e C) - 2, 4 e 6 anos para se realizar auditorias.
- Aumento da presença da auditoria interna na ANAC
- Limite de atuação para não sufocar os gestores
- Auditoria unipessoal/individual – ganho em escala, redução de custo – risco de captura baixo

Allison questionou se um mesmo auditor faz todo o processo, Cosme salientou que ele, como Auditor-Chefe, conduz os workshops.

O Secretário-Executivo questionou sobre o grau de implementação das recomendações – Cosme apresentou o painel de recomendações da auditoria.

Cosme salientou que a estratégia é primeiro tratar o atendimento das recomendações, para depois aumentá-las.

Reflexo dos resultados: fortalecer a área de gestão de riscos, estudo do modelo de governança para inserção da auditoria interna.

Autoavaliação – risco como base do trabalho.

O Secretário-Executivo questionou sobre o workshop como start – como se selecionaram os processos. Cosme esclareceu que é feita priorização no PAINT com base na cadeia de valor – não sendo a área quem indica diretamente.

Allison abordou a utilização da metodologia nas questões de consultoria – sugestão para mudança de nomenclatura – Cosme respondeu que utilizam o termo “ação corretiva”, todavia na ANAC é tratado como recomendação.

Gestor participa da modelagem? Cosme abordou o risco de assimetria, por isso é feita a modelagem prévia – o gestor é ouvido, há discussão. Gestor tende a jogar o risco para baixo. O gestor que define a ação corretiva.

Cosme destacou o trabalho de acultramento – trabalho de conceitos.

Adilmar questionou sobre o tratamento para recomendações não atendidas – Cosme informou a definição de alçadas dependendo do nível do risco (governança das recomendações de auditoria).

Allison questionou se a área de gestão de risco compartilha da metodologia – auditoria: risco inerente e residual. Teceu algumas palavras sobre gestão, gestão de riscos e controle – alinhamento das áreas – papel da auditoria interna.

Registra-se a presença do Ministro da CGU, abordando em sua fala sobre:

- Definição de framework
- Pauta de gerenciamento de riscos
- Escassez de recursos

3º item: E-Aud

A apresentação foi conduzida pelo coordenador Fábio Silva.

Iniciou abordando sobre as premissas do sistema.

Salientou que é um sistema de auditoria não só para CGU como para outros órgãos da Administração Pública Federal – sistema hospedado na CGU – custeio interno.

O E-Aud mostra-se como ferramenta de gestão de projetos – outras áreas da CGU interessaram-se em utilizar o sistema (CGU-PAD).

Apresentou o sistema – homologação e produção.

Abordou a possibilidade de integração com o Sigepe – férias por exemplo.

Leonel destacou a gestão de projetos, de conhecimento e de competência.

Fábio ressaltou que no e-Aud os dados são restritos até que haja compartilhamento.

Abordou sobre os tipos de competências; auditoria contínua e processo de auditoria.

Leonel salientou a problemática do conhecimento represado no servidor na CGU – avançando-se para auditorias transversais.

Allison salientou o alinhamento com a gestão de riscos.

Fábio destacou o Monitoramento como primeira entrega; Cronograma e Pilotos.

Por fim, Allison destacou a versatilidade da ferramenta.

4º item: Criação do Grupo de Trabalho acerca do Estatuto das auditorias internas

Consoante aprovado na 10ª Reunião, decidiu-se pela criação do Grupo de Trabalho destinado a estudar e a apresentar à CCCI os aspectos que devem ser minimamente contemplados no estatuto.

Passou-se à deliberação quanto à composição do GT:

Um servidor da SFC, um dos AECI's, um representante das Cissets (MRE e PR), um específico dos Comandos, um das auditorias interna singulares – AUDIN.

Cosme salientou que o Estatuto da Auditoria Interna da ANAC está em aprovação.

Princípio da coordenação (DL 200/67).

5º item: Guias *ex-ante*, *ex-post* de políticas públicas; Guia da Política de Governança Pública; e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório

Votada pela aprovação da deliberação conforme sugestão do Cosme, por unanimidade.

Deliberação CCCI nº XX/2019: Utilização de guias lançados no âmbito da agenda estratégica do Governo Federal como referência na realização de trabalhos de auditoria

Recomenda-se, como boa prática, que as unidades de auditoria interna considerem, **no que couber**, como referência na realização de trabalhos de auditoria, os seguintes documentos lançados no âmbito da agenda estratégica do Governo Federal:

- Guia da Política de Governança Pública
- Guia prático de análise ex-ante de avaliação de políticas públicas
- Guia prático de análise ex-post de avaliação de políticas públicas
- Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório

O primeiro Guia visa propiciar segurança e estabilidade na interpretação do Decreto nº 9.203/ 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) bem como fornecer diretrizes para execução da política de governança; os de análise *ex-ante* e *ex-post* visam melhor direcionamento de ações e avaliação de políticas públicas; e o último possui a finalidade de orientar a elaboração e a aplicação da Análise de Impacto Regulatório no Governo Federal.

Por fim, o Secretário Federal de Controle Interno informou sobre a possibilidade de reestruturação da CCCI consoante o Decreto nº 9.759/2019, salientando outros pontos como:

- Decreto nº 3591 – portaria de regulamentação do processo de indicação dos titulares das auditorias internas dentro do decreto – mandato
- Auditoria interna dentro do Sistema de Controle Interno – SCI
- Painel de auditores
- CCCI mais uma vaga para auditor interno – agências, universidades, fundações

Após o cumprimento da pauta, o Secretário Federal de Controle Interno encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.